



Anais da Assembléia

Nº 15

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs Deputados Trajano Bastos e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gonoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Iuan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Alfredo Gulin e Nelson Buffara. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata Sessão Extraordinária anterior, que é apresentada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 16/74, de autoria do Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 29/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações e de verbas que especifique. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA** — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/74

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão, objetivando estabelecer norma de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante

aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/74

1 — O presente projeto, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental nº 5/74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

2 — Tendo em vista o recíproco interesse entre aqueles que celebraram convênios e o Governo do Estado do Paraná, para estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, não vemos qualquer impedimento existente quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, razão pela qual, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1974.

a) ANTONIO BELINATI — Presidente

a) ANTONIO COSTA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/74

Autor: PODER EXECUTIVO

Para atender determinação constitucional, encaminha o Senhor Governador a esta Casa, Mensagem transformada na presente proposição, visando colher aprovação para os convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

A Proposição atende às exigências constitucionais, por isso, somos pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/74

Autor: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1 — O Projeto, calcado em preceitos constitucionais, trata de matéria financeira, da competência do Exmo. Governador.

2 - Este Poder Legislativo segue os trâmites normais, estando em condições de apreciação pelo Plenário, visto não encontrar-mos qualquer óbice de ordem financeira.

Pela **aprovação**.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1974.

- a) QUELSE CRISÓSTOMO - Presidente
a) GILBERTO CARVALHO - Relator

O SR. PRESIDENTE— Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 21, às 9:30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Dácio Leonel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruct, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edison Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quiesel Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Alfredo Gulin e Nelson Buffara (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido hoje, do Sr. João Lemos, em Apucarana.

Requ. Requer que após a aprovação, seja oficiada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

- a) DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, a consignação de voto de congratulações ao Professor Dr. J. Petreli Gastaldi, pelo recente lançamento do livro intitulado: "Estudos de Problemas Brasileiros: Realidade Econômica e Social do Brasil".

A obra oportunamente trazida à lume pelo erudito mestre de Teo-

A obra oportunamente trazida à lume pelo erudito mestre de Teoria Econômica da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e da Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação de Estudos Sociais do Paraná, se constitui em excelente fonte para estudos e pesquisas. Realmente representa "análise da real situação econômica e social do Brasil, com segura previsão sobre nossa problemática e os novos rumos para o nosso desenvolvimento", como consta da abalizada apresentação do trabalho.

Requer, ainda, aprovado este Requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao destacado autor.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975.

- a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve por ocasião da Semana Nacional da Biblioteca, que se encerrou ontem; entendendo, como expressou em 1975 o filósofo espanhol Ortega y Gasset, que comprou a missão do bibliotecário a "um filtro que se interpõe entre a torrente de livros e o homem", requer, ouvido o Plenário, que esta Casa se congratule com os bibliotecários paranaenses, oficiando ao Conselho Regional de Biblioteconomia - 9ª região, através da Sra. Sara Burstein, Presidente do Conselho com sede na Biblioteca Pública do Paraná, nesta Capital.

Outrossim, Senhor Presidente, justificamos nossa atitude de reverência aos bibliotecários em razão do nobilíssimo trabalho que exercem na disseminação da cultura, no planejamento, na organização e execução dos serviços de biblioteca, vitais no desenvolvimento sócio-cultural e econômico do País.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975.

- a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de que, aquela autoridade, através da parte competente, providencie a criação da Casa do Secundário, nesta Capital.

Também, como se acontecer, aos estudantes universitários, é grande o número de pessoas que demandam do interior do Estado e mesmo da Capital, que, sem recursos pecuniários, se encontram em situação difícil quanto ao seu sustento com abrigo e alimentação, para cursar os estudos secundários.

Uma tomada de posição do Poder Executivo para o problema viria solucionar uma classe que, ao final das contas, somente propiciará benefícios ao Estado.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975.

- a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Secretário de Educação e Cultura, o seguinte Pedido de Informações:

- 1 - Se o Grupo Escolar José de Alencar, do município de Barbosa Ferraz é de alvenaria, e quanto foi gasto na obra;
- 2 - Se houve convênio entre o Estado e a Prefeitura para a sua construção;
- 3 - Quando foi firmado o convênio?

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 24/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado JOSÉ PEREIRA DA SILVA, o Colégio Estadual de Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1975.

a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA - Pretende-se pelo presente Plano de Lei, denominar JOSÉ PEREIRA DA SILVA, o Colégio Estadual de Ribeirão Claro. Residindo em Avaré, Estado de São Paulo, José Pereira da Silva, "Pereirinha", como era conhecido na região, transferiu-se para a fazenda Cachoeira, próxima à localidade denominada Taquaral, lugar onde estabeleceu uma fazenda de café, e uma indústria movida a vapor. Foi a primeira iniciativa, no gênero, instalada no Estado do Paraná.

Empreendedor, percebendo a necessidade de um povoado na Região, e ainda que o local era próprio para a fundação de uma cidade, José Pereira da Silva tomou a iniciativa em 1894, fazendo uma representação assinada por ele e por vários credores, pedindo ao Governador do Estado, Dr. Francisco Xavier da Silva, a doação de 100 alqueires de terras devolutas, na fazenda de Ribeirão Claro.

Assim procedendo, em 1875, José Pereira da Silva e outros, inauguraram o primeiro cruzeiro da localidade.

Desta forma, nada mais justo denominar José Pereira da Silva, um dos fundadores da cidade, o atual Colégio Estadual de Ribeirão Claro.

Anexo ao Plano de Lei, dados biográficos do homenageado, ao qual contamos com o necessário apoio dos nobres Pares para ulterior trâmite regimental.

HISTÓRICO.

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE - registra, às páginas quatrocentos e vinte e oito a quatrocentos e trinta, do trigésimo primeiro volume, que os primeiros moradores do atual município de Ribeirão Claro, foram agricultores e colonizadores procedentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que se estabeleceram à margem esquerda do Rio Itararé. Alguns anos após, surgiu ali a primeira povoação, que recebeu a denominação de Maria Ferreira. Esse povoado situava-se na antiga Fazenda Cachoeira, banhada pelo rio do mesmo nome.

Conforme carta datada de 4 de junho de 1800, do Governador da Capitania de São Paulo, foi autorizado a funcionar no Itararé um registro

para cobrança de pedágio, cuja renda era aplicada no pagamento dos engenheiros, médicos e cirurgiões nomeados pelo Príncipe Regente para serem na Capitania.

A Câmara Municipal de Curitiba, em sessão de 3 de setembro de 1800, resolveu que, para essa despesa, fosse criado o Registro de Itararé, para a cobrança das taxas de cinquenta réis por boi, um mil réis por porco e dois mil réis que saísse do "continente".

O nome da povoação passou a ser Espírito Santo do Itararé.

Por lei estadual nº 352, de 2 de abril de 1900, foi a localidade elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila do Espírito Santo do Itararé, com o território desmembrado do município de São José da Boa Vista. A instalação do novo município deu-se a 27 de setembro do mesmo ano.

A 3 de março de 1908, a sede municipal foi transferida para o povoado de Ribeirão Claro, cuja denominação primitiva era Taquaral.

Anteriormente, em 1890, José Pereira da Silva, conhecido por "Pereirinha", transferiu-se de Avaré, Estado de São Paulo, para a fazenda Cachoeira, próxima da localidade de Taquaral, onde fundou uma fazenda de café e uma indústria com máquina movida a vapor. Consoante notícia publicada pelo jornal "República" de Curitiba, foi essa a primeira máquina, no gênero, a ser instalada no Estado do Paraná.

Achando necessário a fundação de um povoado na zona, devido às dificuldades de comunicação, não só em face da enorme distância (18 léguas), como diante do problema das estradas que eram simples picadões, Pereirinha, em 1894, entendendo ainda que o local era próprio para a fundação de uma cidade, resolveu fazer uma representação assinada por ele e outros moradores, pedindo ao Governador do Estado, Dr. Francisco Xavier da Silva, a doação de 100 alqueires de terras devolutas, na fazenda de Ribeirão Claro. Em vista disso, percorreu a região o Dr. João Fordes, Juiz Comissário de Terras, a quem o povo encarregou de apresentar ao Governador do Estado, o pedido dos habitantes da localidade.

Tomando em devida consideração, o Sr. Xavier da Silva determinou que o Juiz Comissário de Terras procedesse à medição do patrimônio.

Em 1875, José Pereira da Silva, Capitão Antônio Lopes Monteiro e Antonio José Piers e respectivas famílias procediam a inauguração do primeiro cruzeiro da localidade. O capelão Antonio Martins e seus companheiros rezaram um terço que continuou a ser celebrado todo primeiro domingo de cada mês.

No ano seguinte, em 1876, Pereirinha convidou seus amigos Major Joaquim Botelho, Coronel Salvador Antunes, Capitão Antonio Lopes Monteiro, Domíngos Velho e Antonio Gordo, para erigirem uma igreja. A iniciativa encontrou pleno apoio e o templo foi construído de tijolos pouco tempo depois. José Pereira da Silva faleceu a 27 de setembro de 1910, tendo sido sepultado na capela por ele construída. Em 1901 foi criada a freguesia, da qual o primeiro vigário foi o Padre João Lúcio.

A sede municipal foi elevada à categoria de Comarca pela Lei Estadual nº 1021, de 28 de março de 1911.

LOCALIZAÇÃO - O município de Ribeirão Claro acha-se localizado na

Zona Fisiográfica do Norte. Limita-se com o município de Jacarezinho e com o Estado de São Paulo, ao norte; com Jacarezinho e Joaquim Távora a oeste; com Carlópolis ao sul, e com o Estado de São Paulo a leste.

ALTITUDE - Na sede municipal é de 570 metros.

ÁREA - O município tem uma área de 611 quilômetros quadrados.

CLIMA - Predomina no município o clima quente seco agradável no inverno; temperatura elevada no verão.

BIBLIOGRAFIA:

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Colhido por Osvaldo Maciel de Araújo, em Curitiba, Paraná, em 2 de setembro de 1974.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Quando na última segunda-feira analisávamos desta Tribuna o pronunciamento do Sr. Jayme Canet Junior, lamentamos a ausência dos Ser-

vidores Públicos nos planos do Sr. Governador.

A criação da Secretaria de Recursos Humanos com o objetivo de preparar o servidor para o futuro, parece que é utopia, pois, antes de pensar no futuro, é preciso que o Sr. Governador do Estado pense no presente do funcionário público.

Ainda recentemente, Srs. Deputados, o Sr. Emilio Gomes atendeu aos justos reclamos dos servidores, criou a gratificação de produtividade, uma forma de compensar certa categoria de servidores, profissionais liberais e técnicos, principalmente que estavam ganhando uma verdadeira miséria, em desacordo com o próprio decoro profissional.

Como estamos sentindo, o Sr. Governador parece estar distante dos problemas dos servidores, pois esta gratificação, embora pequena, somente beneficia os setores universitários.

Queremos perguntar aos Deputados da ARENA e do MDB se é justo permanecermos de braços cruzados, enquanto esses nossos irmãos mais humildes não conseguem nem sustentar suas famílias? Cremos ser dever cívico dos Senhores Deputados, independentemente de sua posição partidária, evitar que os servidores públicos prossigam sendo heróis anônimos na vida do Estado, lutando diuturnamente por este Paraná, sem a possibilidade de promoção, de acesso, de aumentos que sejam percentuais determinados pelo custo de vida calculado sempre sem levar em consideração a realidade da vida brasileira, quando os servidores estão gastando hoje com o aluguel de casa, vestuário, alimentação dos filhos, mais do que percebem do Governo, obrigados a pagar com o seu sacrifício o preço do desenvolvimento do Estado.

O que adianta, Senhores Deputados, propagar a todo o Brasil que o Paraná é rico e grande, se seus funcionários, seus servidores públicos penam até para colocar comida na mesa de seus filhos? O que adianta o Sr. Governador anunciar grandes reformas administrativas, pagar as empresas particulares, os Senhores sabem, com o sacrifício do dinheiro do povo.

Se os funcionários que executarão esta reforma são marginalizados pelo próprio Governo. Voltarei ao assunto oportunamente, cobrando do Governo o Estatuto que está sendo negado aos professores do Paraná. "São estas as nossas palavras".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Antonio Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Início minha fala nesta oportunidade apresentando minhas escusas aos nobres Pares desta Casa, por trazer um problema de um município do Estado do Paraná, município grande em território, pequeno em recursos econômicos-financeiros.

Mas, ocorre que além desta grande carga que vive o município de Ortigueira, a sua Prefeitura, infelizmente, está entregue a mãos inábeis de um cidadão com prepotência de a ponto criar problemas de todas as ordens nas mais variadas oportunidades naquele município, Deparei, então, com uma notícia no "O Estado do Paraná", que traz à nossa gente a informação de que o Prefeito Osni da Silva ameaçado, deixou aquela cidade. Ele teve a coragem de vir à Capital, de se dirigir à Secretaria de Segurança Pública de onde não deveria ter saído, invertendo os acontecimentos ocorridos naquele município, inclusive na matéria, procura este cidadão que tem a responsabilidade de dirigir os destinos de um município, de transferir responsabilidades a um Deputado da Bancada arenista nesta Casa Parlamentar.

Se apresentou como agredido, e tenho a informar que o agressor foi hospitalizado no município de Telêmaco Borba, tendo recebido uma coronhada na cabeça, e de há muito tempo a Justiça paranaense vem recebendo denúncias deste Prefeito, que já provocou o rapto de uma das secretárias daquela prefeitura, secretária não. Melhor dizendo de uma das funcionárias que, inclusive, foi torturada pela esposa do Prefeito. Em outra oportunidade deu cobertura a um bando de marginais que se dirigia àquele Município, para carteiras de identidade, arrecadando recursos em dinheiro o que foi possível e até hoje, passado mais de ano e meio, as carteiras de identidade não foram encaminhadas.

Os editais de comunicação e convite à população estavam afixados em todos os prédios municipais, com assinatura deste Prefeito, e o caso mais lamentável foi em razão deste acontecimento que marca, em traços negros, por mais uma vez, o quadro político deste Município paranaense.

se e, há alguns anos, o atual Prefeito de Ortigueira participou da tentativa, da fundação da Cooperativa agrícola daquele município, cooperativa que deve brotar, deve nascer por ser um município paranaense, um dos que mais está despertando na atualidade, no setor da Agricultura. O povo participou mais uma vez, contribuiu nesta soma arrecadada, sendo o Prefeito, o tesoureiro, o Secretário das Finanças, e a população até hoje não tem notícia.

(Assume a Presidência deputado Leopoldo Jacomel).

Então o cidadão que foi acusado por este Prefeito, mesmo em notícia de primeira página de "O Estado do Paraná" sábado próximo passado, um cidadão de 50 anos, acusado tão somente porque pretendia convocar uma assembleia geral dos pretensos associados desta Cooperativa, que existiu somente na fase de implantação, quando o Prefeito arrecadou fundo para a instalação desta obra que não foi criada e não nasceu.

Assim sendo, da Tribuna do povo paranaense, registro o meu protesto a este Prefeito, aguardando providências do Sr. Secretário de Segurança Pública, da Justiça da Comarca de Telêmaco Borba, onde correm dois processos contra o atual prefeito de Ortigueira. E dando tempo ao tempo, por mais uma vez, porque no Paraná infelizmente ainda a justiça tarda, tarda mais não haverá de faltar, pois esta população que envia seus filhos a estabelecimentos de ensino edificadas com madeira de coqueiro, cobertos de sapé, educação que também é vergonha ao nosso Estado. Município que margeia a Rodovia do Café, população que contribui e sofre, e trafega por estradas de péssimas condições, que ainda enfrenta na administração municipal um dos maiores dramas.

As soluções não de nascer, naturalmente, através da justiça que está sendo buscada, caso contrário retornaremos com pesar, porque muitos e grandes são os problemas paranaenses, que aqui venham a ser focalizados, mas não poderia permitir como representantes do povo que somos, que municípios paranaenses sejam sacrificados por um prefeito desprezado, para dirigir o bem público e as comunas paranaenses. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que a própria imprensa só encontra condições de penetrabilidade, para descobrir verdades sobre fatos que correspondem o desgoverno, à falta de decoro administrativo, a incapacidade e a irresponsabilidade de homens públicos, responsáveis por Departamento do próprio Governo.

E é o que vemos, hoje, no jornal "O Estado do Paraná", uma notícia estarrecadora, porque ela corresponde perfeitamente a acontecimentos que envolvem quase todos os Municípios do Paraná, envolvendo a a falta de responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura.

Frente à fotografia que é um amontoado de carteiras e que se encontram abandonadas em determinado lugar da grande Curitiba, está estampada no jornal: "Crime contra o ensino".

"Enquanto dezenas de estudantes foram recusados pelo Grupo Escolar Amâncio Moro, e outros, de mais sorte ainda assistem aulas, sentados sobre um palanque improvisado, mais de 500 carteiras escolares estão abandonadas, desde outubro, nos fundos do prédio número 612, da Mateus Leme. Impotente diante dessa incoerência, a secretária do consultório médico que funciona ali, desde a transferência do Minigimnário XIX de Dezembro para o Largo da Ordem, já cansou de alertar o proprietário do terreno, Ney Camargo de Souza. "Essa injustiça dói", reclama, vendo as carteiras serem destruídas gradativamente pela ação das chuvas. Apesar disso, ela prefere permanecer no lugar que lhe é devido, porque teme a classificação de "intrometida".

Os constantes avisos sem a devida resposta, para a remoção do material escolar (que mais parece um monte de lixo aos moradores das proximidades) ocorrem juntamente com a construção, no mesmo terreno, a poucos metros da distância da pilha de carteiras, de uma cancha de basquete. Como observou a secretária do consultório, o minigimnário pretende manter ali suas classes de educação física. "Com a conclusão da obra provavelmente eles tratarão de limpar o terreno".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto caracteriza simplesmente a falta de responsabilidade que se vê nos quatro cantos deste País, com a Secretaria de Governo que consome a economia da população; são os desgovernos em todos os departamentos administrativos, é o empobrecimento da própria educação e cultura do povo brasileiro.

Na minha região que consta de 25 Municípios, é triste, é horroroso, é sobretudo uma afronta, verificar como funcionam as escolas, principalmente as das zonas rurais, no interior dos Municípios.

São crianças que sentam em cepos de madeira, que sentam em bancos improvisados; são crianças que, às vezes, até permanecem de pé durante o período das aulas.

E então nós que vemos, que sentimos, que verificamos e anotamos esses acontecimentos que deprimem e até desonram a estrutura de um governo. Sentimos que até mesmo a imprensa, imprensa de tanta envergadura como é a de "O Estado do Paraná", deu publicidade ao fato de 500 carteiras escolares estarem abandonadas. Somente depois da troca do Secretário de Educação e Cultura. Oxalá o novo Secretário de Educação e Cultura, em quem confiamos pela sua honradez, e pela sua dignidade não permita aquilo que aconteceu durante a gestão do último Secretário. — (Sem revisão do orador).

— (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Concedo a palavra no Grande Expediente ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Trajano Bastos de Oliveira.

O SR. TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo esta Tribuna nesta oportunidade para trazer ao diálogo com V. Exas. um assunto que há muito tempo vem sendo debatido e tem sido pauta de vários Congressos neste país, mas que até agora não foi tomada uma medida concreta para dar objetividade ao assunto. Reafirmo, Sr. Presidente, a necessidade imperiosa nos tempos atuais de que as sociedades de economia mista, as empresas públicas deste Estado, sofram por parte do Poder Legislativo do Paraná uma fiscalização mais séria com a ajuda técnica do Tribunal de Contas deste Estado.

Parece-nos, Sr. Presidente, que esta matéria, além da importância de que se reveste, diz respeito a uma das funções mais autênticas do Poder Legislativo, que não é outra senão de exercer a ação fiscalizadora sobre o bom emprego do dinheiro público.

E para dar objetividade a esta idéia e a este pensamento, permito-me apresentar a esta Colenda Casa um Projeto de Lei que diz respeito ao poder público. Com a licença de V. Exas. lerei desta Tribuna o presente Projeto que encaminharei à apreciação de V. Exas. e, por certo, não faltará da parte de V. Exas. a atenção que merece tal matéria: (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 25/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A fiscalização Financeira, Orçamentária e Patrimonial das Sociedades instituídas pelo Poder Público ou em que o Poder Público participe com capital majoritário e as empresas públicas, qualquer que seja a forma de que se revistam, será exercida pela Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas.

§ Único — A fiscalização exercida neste artigo não exclui os controles externos a que estejam sujeitas por força de sua organização, de seus estatutos e de legislação específica.

Art. 2º — Aplicam-se os preceitos desta lei, no que couber, as Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e aos serviços autônomos custeados com subvenções ou por contribuições parafiscais.

Art. 3º — O controle interno das entidades mencionadas no art. 1º e seu § único, deverá ter suas atribuições definidas em lei ou estatuto, e criar condições indispensáveis para:

I — Assegurar eficiência ao controle externo;

II — Acompanhar a execução dos programas econômicos e financeiros.

III — Apreciar os resultados obtidos e verificar a execução dos contratos.

Art. 4º — Os órgãos de Controle Interno, ao examinar as contas dos seus administradores, pronunciar-se-ão sobre a regularidade das mes-

mas, sem prejuízo do exame e do julgamento final da competência do Tribunal de Contas.

Art. 5º — O Controle Externo exercido pelo Tribunal de Contas, na forma desta lei, compreenderá:

I — O julgamento das contas anuais levando em consideração os objetivos, a natureza empresarial da entidade e o seu funcionamento, segundo os métodos do setor privado da economia.

II — O desempenho das funções de auditoria e a realização de inspeções necessárias à apreciação das contas e à apuração de possíveis irregularidades.

§ Único — Nenhum processo, documento ou informação poderá ser negado ao exame do Tribunal de Contas, no exercício de suas competências à exceção dos considerados de natureza reservada que serão apreciados com esse caráter.

Art. 6º — Verificadas irregularidades, o Tribunal de Contas determinará à autoridade competente o saneamento das mesmas e fixará prazo para a adoção das medidas necessárias.

§ 1º — Conforme a gravidade dos fatos, o Tribunal de Contas apresentará a autoridade administrativa a que estiver vinculada a entidade.

§ 2º — Esgotados os recursos previstos em sua Lei Orgânica, o Tribunal de Contas, solicitará ao Ministério Público, a instauração da ação penal cabível.

§ 3º — Quando se tratar de responsabilidade de diretores de entidade, o Tribunal de Contas comunicará os fatos ao Governador do Estado, Prefeitos, Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais.

§ 4º — A comunicação a que se refere o § anterior será igualmente feita, quando a entidade deixar de remeter sua prestação de contas, na forma estabelecida pela presente lei.

Art. 7º — Qualquer acionista de sociedade de economia mista, poderá representar fundamentalmente ao Tribunal de Contas, contra ato ilícito ou abusivo dos respectivos dirigentes.

Art. 8º — O Tribunal de Contas, no exercício do controle externo, referido no art. 5º, não interferirá na política adotada pela entidade para a consecução dos objetivos estatutários e contratuais.

Art. 9º — Em cada exercício, o Tribunal de Contas enviará ao Poder Legislativo, uma relação das entidades que prestaram contas relativas ao exercício anterior, acompanhada das decisões e providências adotadas, das observações que julgarem convenientes, e da relação das entidades omissas.

Art. 10 — No julgamento das contas, o Tribunal de Contas tomará por base:

I — O relatório anual, os balanços e demais peças contábeis relativas ao encerramento do exercício;

II — Livros e documentos, atendido o disposto no art. 5º, inciso II;

III — Elementos obtidos nas inspeções referidas no art. 5º, inciso II;

IV — Certificado de Auditoria, quando houver.

V — Parecer dos órgãos que devam pronunciar-se sobre as contas;

VI — A subordinação das atividades da entidade aos estatutos ou contratos que dispõem sobre sua organização.

Art. 11 — O Tribunal de Contas deverá confrontar as despesas realizadas com o plano anual de atividades da entidade, mas não intervirá na formulação política empresarial adotada para a consecução dos objetivos estatutários.

Art. 12 — Para a aquisição de materiais e contratação de obras e serviços, as entidades realizarão licitações comerciais segundo normas que adotarem, desde que publicadas previamente no Diário Oficial ou por outra forma prevista no seu regulamento interno.

§ 1º — As entidades localizadas em municípios em que não houver Diário Oficial, farão a divulgação das licitações através de editais, que serão afixados em lugares públicos e remeterão cópia dos mesmos ao Tribunal de Contas, no prazo de sessenta dias;

§ 2º — As licitações poderão ser dispensadas quando houver urgência ou motivo justo, previamente justificado pela Diretoria e publicado antes da efetivação da despesa;

§ 3º — Os diretores que autorizarem despesas com inobservância deste artigo, responderão pelos prejuízos que causarem.

Art. 13 — No prazo de sessenta dias, a contar da publicação desta lei, o Tribunal de Contas expedirá instruções a todas as entidades referidas nos artigos 1º e 2º desta lei, existentes na área de sua jurisdição, regulan-

do a questão de prazos para defesa e recursos em processos oriundos da ação fiscalizadora instituída nesta lei.

Art. 14 — Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975.

a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

"Todo aquele que administra ou tem sob sua guarda bens, valores ou dinheiros públicos é obrigado a prestar contas"

"É essencial ao regime democrático que o controle de qualquer gestão pública se exerça por órgão externo à administração — o Tribunal de Contas — instituição autônoma para auxílio ao Poder Legislativo, estruturado e garantido com magistratura superior".

"A descentralização administrativa e o desdobramento das atividades do Estado, por intermédio das empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades não devem constituir empecilho à quebra do princípio universal de prestação de contas dos dinheiros públicos, embora o controle se exerça sob o regime especial".

"Nada impede que a fiscalização das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades se realize sem prejuízo das dinâmicas que lhes é peculiar" (Art. 8º deste projeto de lei).

É o pensamento dos eminentes juristas, professor Hely Lopes Meireles, Caio Túcio, Lafayette Pondé, ministro João Lyra Filho e o professor Themistocles Brandão Cavalcanti, este último, ministro aposentado do Tribunal Federal.

Todos estes nomes representam a expressão máxima de autoridade em Direito Administrativo deste País.

Dentro dos princípios que nortearam a apresentação do presente de lei, pretendemos ressaltar a necessidade imperiosa do Poder Legislativo estender a sua ação fiscalizadora, o que é salutar e democrático, às empresas públicas e sociedades de economia mista, onde o Estado participa financeiramente como majoritário, e mesmo porque, estas empresas manipulam com importâncias vultuosíssimas, em alguns casos maiores que o próprio orçamento dos Estados.

Gostaríamos de ressaltar aqui, trecho da exposição de motivos do Sr. Ministro da Reforma Administrativa, Sr. Thephilo de Azeredo Santos:

"Basta dizer que há atualmente em operação, no âmbito federal mais de cem autarquias, cerca de vinte sociedades de economia mista e mais de uma dezena de empresas públicas. Em conjunto, mobilizam elas recursos aproximadamente duas vezes superiores aos que dispõem a Presidência da República e os Ministérios. As receitas das autarquias e das entidades paraestatais, já em 1963, perfaziam a soma esmagadora de um trilhão e quinhentos bilhões de cruzeiros, em algarismos redondos, ou seja, uma importância superior ao dobro do orçamento da receita da República para o exercício. Significa isso que a administração direta federal representava no Brasil, em 1963, apenas um terço das atividades exercidas sob a égide do Estado. Nada adiantaria conseqüentemente, sujeitar a execução do orçamento federal a controles rígidos e eficazes, se ao mesmo tempo não se submetessem as autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas a controle similar".

"Por aí se vê a gravidade do problema, sob os aspectos financeiro, orçamentário, e de controle administrativo, que está a exigir sem maiores delongas, as atenções do legislador brasileiro". (Tratado das Sociedades de Economia Mista — vol. I — de M. T. de Carvalho Britto Davis — pag. 422.

Afonso Almiro, mui judiciosamente escreve:

"Hoje, com a proliferação desmedida das sociedades de economia mista, os temas de controle financeiro e da unidade de comando assumem uma importância vital"... "O orçamento federal, no qual se concentra a atenção política do país e em cuja elaboração se empenham várias centenas de políticos, digo, técnicos e através do qual disputam prestígio e através do qual disputam prestígio e verbas centenas de congressistas... representam apenas uma parcela, e das menores, dos dinheiros públicos arrecadados. Já o problema das autarquias, embora ainda e cada vez mais expressivo e relevante, foi postergado a um segundo plano. As empresas estatais ocupam o primeiro lugar"...

"O saldo das operações industriais, mais os lucros são distribuídos

ou reinvestidos por apenas duas dessas empresas estatais, em 1965, seriam bastante para cobrir a superar déficit da execução orçamentária da União, no mesmo exercício. A receita de uma só dessas sociedades de economia mista representa 2/3 do orçamento federal e 4 vezes os orçamentos de todos os municípios reunidos"...

"Entretanto, deixando-se de lado as impropriedades e os abusos, que assumem entre nós aspectos alarmantes, pois o Estado está presente em todas as atividades econômicas, desde as essenciais e pioneiras até as atividades econômicas, desde as essenciais e pioneiras até as superfluas e competitivas, cumpre reconhecer que não é mais possível ignorar a posição irreversível que as empresas estatais ocupam modernamente no sistema da administração pública"...

"Não há dúvida que o vulto, a importância e o número das empresas estatais estão a exigir mais controle econômico-financeiro do emprego dos dinheiros públicos e maior subordinação aos planos e à criação, digo, orientação governamental visando à indispensável harmonia e unidade de ação do Estado. O estabelecimento de um sistema eficiente de controle financeiro encontra seu maior obstáculo na própria origem das nossas empresas estatais e na razão inspiradora de sua criação qual seja a de desvencilhar-se das dificuldades burocráticas e dos controles governamentais..

"Sem dúvida cumpre evitar que face a um sistema excessivo de controle, se prejudique a flexibilidade administrativa, a rapidez da decisão dos negócios e a eficiência dos processos operacionais, únicas razões que justificam a existência de empresas estatais e que, na opinião de muitos, compensam os seus incontestes inconvenientes de ordem política, econômica, social e moral"...

"Destá ou daquela maneira precisamos enfrentar a momentosa questão. Não seria demais repetir, ainda uma vez, ao encerrar estas modestas considerações, que não tem sido dado, entre nós, o relevo devido a um aspecto de capital importância no estudo das sociedades de economia mista, isto é, o fato delas manipularem dinheiros públicos. Em decorrência, o Governo não só não pode renunciar ao dever de fiscalizá-las no exercício de uma função pública, que transcende aquela na qualidade de mero acionista lhe é outorgado pelo Direito Comercial, como também, não deve e não pode abdicar do Poder Político, que lhe confere a obrigação de fixar uma orientação geral e uniforme de acordo com o interesse comum.

"Antes de prosseguirmos o estudo do controle da empresa estatal, mostraremos as três razões de Francesco Vito, que impõem o controle da empresa pública:

a) — garantir a realização dos seus fins, pois em virtude da vasta iniciativa e liberdade concedida aos seus diretores, é preciso que o Estado possa estar seguro de que a mesma não será exercida em detrimento do interesse geral;

b) — pela circunstância de estar isenta dos controles contábeis e financeiros que vigoram na administração pública, torna-se indispensável que se institua um controle apropriado, quanto ao emprego do dinheiro público;

c) — dado que a empresa se encontra, muitas vezes, em situação análoga a do monopólio, gozando de privilégios que lhe permitam escapar a pressão do mercado, é necessário que sobre ela se exerça um controle que, por sua amplitude, pode ser qualificado de político. É a necessidade deste controle aumenta na razão direta da importância da empresa para a economia do país e quanto maior o seu poder econômico.

No concernente à forma desse controle, assim se pronuncia Vito: "A palavra controle que já é ambígua na linguagem econômica e jurídica corrente, é ainda menos clara no domínio aqui tratado. Poder-se-ia estabelecer uma distinção entre duas formas de controle. Há uma que se exerce pela faculdade de impor decisões referentes às pessoas ou deliberações; há outra que consiste em verificar que a marcha da empresa corresponda às exigências determinadas. A primeira faz participar a autoridade de controle na gestão, institui de certo modo uma tutela; a segunda se exerce do exterior e a empresa assume a inteira responsabilidade de sua conduta. Não há dúvida que a segunda força é a mais apropriada. No entanto, a experiência demonstra que a primeira também é necessária. Trata-se, então antes de uma questão de limites e de divisão de tarefas entre os organismos de controle".

"Julgamos que no caso brasileiro, a segunda forma é a que melhor corresponde aos interesses da própria empresa, do Poder Público e porque

não dizer, da coletividade nacional. A primeira forma conduz à burocratização à excessiva centralização, e mesmo, de certo modo, ela já vem parcialmente funcionando em nosso País, principalmente nas sociedades de economia mista sob controle federal, quando os seus respectivos presidentes não são eleitos pela assembléia geral dos acionistas, mas sim, nomeados pelo Governo, apesar de demissíveis "ad nutum", como sucede com os demais diretores eleitos" (ib. cit. M.T. de Carvalho B. Davis - pág. 424).

Ao concluirmos a presente justificativa, não poderíamos deixar de incluir neste trabalho, a opinião atualizada do ministro Iberê Gilson, do Tribunal de Contas da União:

O "Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República", datado de 27-4-1967, ref. 1966, foi redigido pelo Ministro Iberê Gilson, do Tribunal de Contas da União, em excelente e profundo trabalho, publicado no supl. nº 166 do D.O.U.-1, de 28-8-1968. Após reproduzir frase de Francisco Victor - de que é fácil constatar-se que o problema de controle representa o ponto crucial da empresa pública e de que, por paradoxal que possa parecer, tal entidade resultou da necessidade de eliminar os controles que entorpecem todas as atividades do Estado, mas que não se pode prescindir deles, ainda que fossem para a certeza de atingir o fim pretendido - Iberê Gilson encarece, com razão, a necessidade do estabelecimento de "um rígido e completo controle financeiro dessas entidades, pelo vulto das importâncias que movimentam". Ao cogitar do controle financeiro das empresas governamentais, assim se pronuncia, com propriedade, o Ministro do Tribunal de Contas:

"Forçoso é reconhecer que, tanto as autarquias, como as sociedades de economia mista e as empresas públicas... estas por seu caráter ambivalente... exigem controle apropriado, sendo de entender que não lhes pode ser aplicado, quer o controle que se preconiza para a empresa pública, quer o que se recomenda para as atividades privadas". Adverte então, que esse controle deve caracterizar-se por uma rigidez apropriada e sensata, que coíba o exagero de empurrar entidades, mas de modo a não permitir o desmando administrativo.

Alude Iberê Gilson à ação que muitos denominam de controle político, que visa a realização dos fins da entidade, substituindo "com vantagens os controles contábeis e financeiros estabelecidos para a administração pública". Referindo-se ao controle executado pelos Conselhos Fiscais das S/A, assim escreve, o que aliás, já é voz corrente:

"Os conselhos fiscais nunca conseguiram exercer o papel que lhes foi previsto é preceituado. O controle que exercem é por demais pálido; carecendo de substância, não só pela sua pequenez em face do vulto das empresas, como pelo alheamento de seus Membros à sua real finalidade". Na opinião por sinal correta, de Iberê Gilson, todas as entidades da Administração Indireta devem ser colocadas, urgentemente, sob a jurisdição ampla do T.C.U. - mormente neste instante, em que a Corte de Contas mais elevada do País acaba de ser reestruturada, no sentido de se lhe fornecerem organização e meios adequados para o exercício de suas funções, em obediência aos ditames da mais evoluída técnica". Iberê Gilson é incisivo quando, após afirmar que deve imperar lisura no uso dos dinheiros e bens públicos, ressalta a necessidade do T.C.U., e, conseqüentemente, o Congresso Nacional examinar com profundidade e julgar as contas de todos os órgãos da Administração Indireta, sem exceção.

"Mais adiante, ao dissertar sobre o Tribunal e realidade brasileira, Iberê Gilson acentua ser hoje bem diferente as atividades do T.C. do que quando foi criado, em 1890, pois o panorama da Administração Federal apresenta agora um Estado fruto da conjuntura administrativa reinante. Do regime do liberalismo econômico, da base agrícola, o Estado Brasileiro transformou-se num "Estado administrador de negócios, investidor, banqueiro, industrial, comerciante, agricultor, exportador, importador, com seus serviços cada vez mais distribuídos por uma imensa constelação de órgãos ou entidades da administração pública indireta, desligados de um organismo administrativo unificado mas, apenas ténue e umbelical ente vinculado às cúpulas ministeriais, quando não, à própria Presidência da República. Daí a necessidade, no dizer do ilustre Ministro do T.C., de se acompanhar, no justo instante e com a agilidade que se faz mister, a movimentação de toda essa massa de recursos "recolhidos compulsoriamente do povo, pela via tributária, ou recebidos, com a responsabilidade do Governo, de agências financeiras nacionais ou internacionais."

Na parte final e conclusiva do seu valioso Relatório, escreve o Ministro:

Toda a imensa área compreendida pelas empresas públicas e sociedades de economia mista - salvo raríssimas exceções - faz alheia a ação de nossa Egrégia Corte de Contas. O que de vantajoso haja em tal situação não se compreende, visto que ao administrador consciente deve interessar um controle externo, do órgão próprio e mais elevado, por métodos adequados ao tipo e às peculiaridades de sua organização, para que, ao final, possa receber a provisão de sua quitação, a qual lhe dará o certificado de sua lisura e a paz de sua consciência de administrador honesto. Isto posto como axiomático e indubitavelmente o é - resta que a lei estabeleça a verdadeiro entendimento a respeito, sujeitando ao controle deste Tribunal, por via, de métodos adequados, todas as empresas públicas e sociedades de economia mista. Tal controle, queiram ou não os cétricos e sofistas, é por demais essencial. Também assim o entendemos. Merecedores de elogios e de providências concretas e inadiáveis são estas palavras de Iberê Gilson - que elas não ecoem em vão mas que encontrem receptividade e compreensão junto aos Poderes Executivo e Legislativo, são os nossos melhores votos".

Diante das opiniões respeitáveis mencionadas aqui, queremos crer que a presente proposição se reveste da maior utilidade e atualidade. Nessas condições, oferecemos ao estudo dos ilustres membros desta Casa de Leis, o presente projeto, na certeza de que receberá o acatamento de V. Exas., comportamento esse, que visa confirmar os elevados propósitos que certamente norteiam Vossas condutas nesta Casa".

O SR. TRAJANO BASTOS - Ainda hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos expresso no jornal "O Estado do Paraná" o pensamento do eminente Presidente do Tribunal de Contas deste Estado, no qual S. Exa., como jurista abalizado nesta matéria, defende, também, este ponto de vista no que diz respeito a um controle e a uma fiscalização mais rígida nas Sociedades de economia mista. Isto porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados essas companhias, que proliferam dia a dia, manipulam com importâncias vultuosíssimas, importâncias oriundas da arrecadação do imposto, oriundas de patrimônio do Estado, e dentro deste princípio, implica na acertada primeira de que manipula com importâncias oriundas do povo paranaense.

Quer nos parecer que deixaremos considerações mais profundas a respeito quando da época da tramitação deste projeto nesta Casa porque entendemos, Sr. Presidente, que o orçamento destas companhias que foram criadas com o objetivo de fugir à fiscalização do Tribunal de Contas e do Poder Legislativo, é maior, muitas vezes, que o próprio orçamento do Estado.

Quero reafirmar este ponto de vista, Srs. Deputados, com o pesamento de um eminente jurista, Afonso Almir, que aqui, juridicamente escreve:

"Hoje, com a proliferação desmedida das Sociedades de economia mista, os temas de Controle Financeiro da Unidade de Comando assumem uma importância vital; o orçamento federal, no qual se concentra a atenção Política do país e em cuja elaboração se empenham várias centenas de técnicos e através do qual dispo-se prestígio e verbas, centenas de congressistas, representa apenas uma parcela das menores, dos dinheiros públicos arrecadados".

Quando se fala neste Projeto de Lei em controle, Srs. Deputados, gostaria de trazer uma definição deste termo que se aplica neste Projeto de Lei, também oriundo de um eminente jurista brasileiro.

Diz ele o seguinte:

"A palavra CONTROLE que já é ambígua na linguagem econômica-jurídica corrente, é ainda menos clara no domínio arbitrado. Poderia se estabelecer uma distinção entre duas formas de controle: há uma que exerce pela faculdade de impor decisões referentes às pessoas com deliberações; e há outra que consta em verificar que a marcha da empresa corresponde às exigências determinadas. A primeira fase, participar a autoridade de controle na gestão, institui de certo modo uma tutela que é a opinião preponderante, a segundo que propomos no corpo do presente Projeto de Lei, exerce do exterior e a empresa assume a inteira responsabilidade de sua conduta.

- (Assume a Presidência o Sr. Deputado Leopoldo Jacomel).

O SR. DENI SHWARTZ - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para aduzir o seguinte:

Tão grande é o esvaziamento dos Tribunais de Contas deste País

pela sonegação de prestação de contas, das grandes contas, das grandes autarquias e empresas mistas, e há cerca de quatro anos atrás se revigorou para dar vida a estes tribunais um dispositivo constitucional que mandava que os municípios, ou melhor, que as contas dos municípios fossem pagas e também examinadas por estes tribunais.

Veja-se o paradoxo, se se examinar as contas do município onde nasci, Paula Freitas, que deve ter uma arrecadação anual de cerca de 300 mil cruzeiros. E continua no ar uma pergunta:

Quanto ganha o Presidente e Diretores das grandes autarquias paraenses, talvez, nobre orador, mais do que o orçamento do meu município, minha terra natal. Fica a pergunta e aí está no ar de que há muito tempo a validade de participação desses diretores nos lucros das empresas, lucros obtidos através de taxas e impostos dos contribuintes, lucros estes do povo, lucros estes não de uma empresa particular mas de uma empresa que é do povo.

E fica a pergunta no ar. Como é que pode um Diretor de uma empresa ganhar mais que um Secretário ao qual esta empresa está subordinada? Como é que se arranja um Secretário de Estado e um Governador por salários menores? Homens estes, tanto mais dignos que os próprios Diretores que assumem estes cargos em que o organograma do Estado é superior a estes Diretores.

E oportuni, o levantamento da questão, e nós lemos ontem com satisfação no jornal "O Estado de São Paulo", que o próprio Presidente Geisel está interessado em facilitar a fiscalização também das autarquias, e enfim, das sociedades parastatais.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte de V. Exa. que em muito veio colaborar com este humilde Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O que ocorre no Poder Público, a exemplo do que abordou com muita propriedade o Deputado Deni Schwartz, é uma evasão dos servidores públicos, porque os organismos estatais não adequaram seus quadros, não atualizaram os corretivos de vencimentos e salários, para que no Poder Público possam ingressar pessoas competentes para desenvolver, pela iniciativa e capacidade, os serviços que o Estado precisaria para ter um Estado de direito com todos os instrumentos de financiamento. Era o aparte.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte. E respondendo o aparte do Deputado Deni Schwartz, quero dizer a V. Exa., que não tenho dados oficiais para tal afirmativa e é porque até agora não surgiu a fiscalização deste Poder, qualquer ato administrativo, econômico ou financeiro, de tais entidades. Devo adiantar a V. Exa., que já foi objeto de um Projeto de Lei nesta Casa, se não me engano de autoria do então Deputado João Mansur e depois outro Projeto de autoria do ex-Deputado Federal Sebastião Rodrigues Jr., que tratavam exatamente deste assunto que diz respeito à remuneração de tais Diretores.

Este Projeto, pasmem Srs. Deputados, foi aprovado por esta Assembleia, remetido ao Sr. Governador que o vetou, e voltando o veto, à esta Casa, o mesmo foi mantido.

Na exposição de motivos de S. Exa., o Sr. Governador do Estado naquele veto baseou-se em teses e doutrinas que não dizem mais respeito à realidade brasileira.

Quero dizer que é minha intenção fazer um estudo mais aprofundado a respeito da remuneração dos Diretores destas empresas porque, tenho certeza, de que os Diretores destas empresas do Paraná ganham importância muito maior que o próprio Secretário da Fazenda e que o próprio Governador do Estado.

Foi dos mais oportunos o aparte de V. Exa. e trarei nesta Casa, na oportunidade devida, estudos que se relacionam especificamente com o problema de remuneração.

Continuando, Sr. Presidente, quer me parecer que muito embora os Diretores destas empresas não estejam interessados em sofrer o crivo da fiscalização legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, deveriam ser os maiores interessados em tal medida porque devem sair satisfeitos dos cargos que exercem numa administração pública, seja direta ou indireta, conscientes do bom emprego do dinheiro público que estava sob a sua guarda.

Com este pensamento é que trazemos à apreciação de V. Exa., Sr. Presidente, e dos Srs. Deputados, tais estudos e teremos oportunidade,

por ocasião da tramitação deste Projeto, de discutirmos, dialogarmos e trocarmos idéias.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que ao se concluir tal estudo, com a aprovação que por certo obterá deste Poder, não caberá a glória a este Deputado que vos fala, mas única e exclusivamente ao Poder Legislativo do Paraná que levanta uma bandeira neste sentido para que se dê exemplo ao Brasil e que este saia da Assembleia Legislativa do Paraná.

O SR. ARACÃO MATOS LEÃO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaríamos, antes de mais nada, de cumprimentá-lo pelo brilhantismo de seu discurso. Dentro da tese por V. Exa. abordada, também é do nosso entendimento que um assunto como este é de real importância, principalmente para o Poder Legislativo do Brasil inteiro.

Entretanto, nobre Deputado, com referência especificamente ao Projeto apresentado por V. Exa. quer nos parecer que o problema das companhias de economia mista não é um problema exclusivamente de âmbito estadual, mas de âmbito nacional, e municipal. Neste sentido, é do nosso conhecimento que V. Exa. o Sr. Ministro Armando Falcão já elaborou uma exposição de motivos que entregou a S. Exa. o Presidente da República, que, por sua vez, já convocou as lideranças da Câmara e do Senado, e entregou a eles uma Mensagem que será debatida e, com certeza aprovada, exatamente neste sentido. — (Reassume a presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

Então, como é o meu pensamento, nobre Deputado, que talvez o assunto já constitua uma legislatura específica, em esfera nacional, e que vai abranger tanto as companhias mistas a nível federal, como também estadual e municipal.

No entanto, não sei se exatamente porisso, caberia a uma Assembleia Legislativa criar uma lei específica nesse sentido, tendo em vista que o assunto já foi provavelmente deliberado em instância superior.

Mas, queremos parabenizar V. Exa. pelo assunto que é de grande importância e, principalmente, pelo brilhantismo com que V. Exa. se distinguu nesta tarde. Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte de V. Exa. me conferiu.

Mas, devo dizer a V. Exa., antes de terminar, que tal medida anunciada por V. Exa. não chegou ao conhecimento do povo brasileiro. Tal medida vem sendo aguardada há mais de 15 anos. E o próprio Governador Emílio Gomes, nas razões do veto, expostas pelo Deputado Deni Schwartz, dizia que era motivo de preocupação dele, Governador, mandar a esta Casa, matéria que estudasse o assunto. Mas isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até hoje não se observou.

O SR. MAURÍCIO FRUET — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa em apresentar a esta Assembleia Legislativa Projeto de Lei, que como V. Exa. esboçou, já foi objeto de análise na legislatura passada tendo em vista proposição nesse sentido apresentada pelo eminente ex-Deputado João Mansur, e posteriormente, pelo Deputado, hoje Deputado Federal, Sebastião Rodrigues Junior. Ouvi o aparte que foi por V. Exa. concedido ao nobre Deputado Aragão Matos Leão, e realmente de acordo com as informações que temos, o Governo Federal pretende encaminhar Mensagem, com base em estudos que, praticamente, já estão concluídos pelo Ministério da Justiça, estendendo a atribuição do Tribunal de Contas da União a órgãos federais que possuam a maioria das ações em companhias mistas federais. Faço apenas um rápido parêntesis nessa explanação, economistas especializados dos jornais "Jornal do Brasil", "O Estado de São Paulo", afirmaram ser esta medida de Sua Exa. o Sr. Presidente da República, uma antecipação daquilo que vinha e vem sendo anunciada pela Bancada Federal do MDB, que pretenderia também, segundo as mesmas notícias, levar para apreciação do Congresso, uma lei dessa natureza.

Portanto, o MDB por certo irá apoiar em âmbito federal, a medida que, provavelmente, será proposta pelo Governo.

Mas, por outro lado, a oportunidade da apresentação desse Projeto de Lei, é realmente de grande importância, e desde já terá V. Exa. nosso apoio integral, apoio que já emprestamos na Legislatura passada por ocasião da discussão do Projeto apresentado pelo Deputado João Mansur e Sebastião Rodrigues Junior, por entendermos que esse Projeto é de grande alcance e moralizador, acima de tudo.

Muito obrigado e peço excusas por me alongar no aparte.

C SR. TRAJANO BASTOS — Absolutamente, o aparte de V. Exa. somente me honra. — (Assume a Presidência o Deputado Gabriel Sampaio).

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de me parabenizar com a iniciativa de V. Exa. e também de registrar que iniciativas dessa ordem, enaltecem, honram e dignificam o Poder Legislativo.

Gostaria também de lembrar e dizer que me surpreendi até com o aparte do Deputado Aragão Matos Leão, porque a iniciativa da União ou do Presidente da República em matéria dessa natureza, não elimina, não tira, não revoga a competência do Estado. Esta Assembléia tem competência para legislar sobre a matéria sem depender da iniciativa de qualquer outro Poder ou autoridade.

Aliás, muito bem frisou o Deputado Maurício Fruct, esse assunto já foi objeto de Projeto de Lei aprovado por esta Assembléia e lá em cima, na Câmara Alta, no Senado Federal, o Senador Franco Montoro apresentou Projeto no mesmo sentido que estava para ser aprovado e não o foi por questões até agora não bem explicadas; mas o Governo se preocupa também em atender no plano geral, permitindo que também as empresas e repartições de administração indireta tenham a obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas da União, por que não o faria também o Paraná? Aliás, seria pioneirismo neste País e gostaríamos de ver V. Exa. como pioneiro, o iniciador dessa matéria, para honra do Paraná e da Assembléia Legislativa e honra de todos os Deputados desta Casa.

Creio que talvez tenha o Sr. Matos Leão cometido um engano jurídico, um desliz e que melhor apreciando a matéria, ele se penitenciaria porque a Bancada da ARENA, preocupada com a austeridade e honestidade administrativa, dará irrestrito apoio à proposição de V. Exa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado. Não poderia esperar de V. Exa. sem desmérito a qualquer outra participação nesse fato, outra atitude que não fosse expressa em seu aparte. V. Exa. fez com que eu abreviasse o término desse meu pronunciamento, porque o que V. Exa. expôs através do aparte, era exatamente o que eu pretendia expor através do meu discurso.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de lembrar a Casa que é oportuna a discussão desse assunto, mesmo porque não se deve observar o Projeto de Lei como uma fiscalização rígida sobre essas companhias. Mas o alcance do Projeto vai mais longe, vai na própria aplicação dos recursos dessas autarquias.

Na minha região há um caso que caracteriza perfeitamente isto, e na campanha política era apontado pelo ilustre então candidato Deni Schwartz, hoje membro desta Casa.

A Copel na Usina de Foz do Chopim estabeleceu uma discriminação muito grande. No canteiro de obras da Usina de Foz do Chopim existe um hotel luxuosíssimo para os Diretores da Copel passarem seus fins de semana e uma cerca de arame separa, dentro do território paranaense, uma realidade gritante.

Os operários que construirão a Usina moram numa favela, inclusive a Prefeitura Municipal não tem condições de cobrar os impostos pela balburdia que ali se instalou e que foi cognominada de "Vila do Piolho". É uma verdadeira favela dos homens que construíram essa Usina. Do outro lado vê-se os jardins luxuosíssimos do hotel luxuoso onde os Diretores da Copel passam seus fins de semana.

Se observarmos os prédios suntuosos vamos ver que essas Companhias foram perdulárias em gastar o dinheiro em razão do lucro fabuloso que têm.

A Copel foi, para o orgulho do Paraná, uma das obras que mais cresceu no Brasil. Mas, bem por isto é que deve ficar adstrita à fiscalização de um outro Poder; como bem salientou o Deputado Osvaldo Macedo, o Poder competente para isto é exatamente o Poder Legislativo.

Outro dia pensava que o Teatro Guaíra, obra tão importante, esta própria Assembléia, levaram tantos anos para ficarem prontas. Essas Companhias com poucos anos de vida estão suntuosamente instaladas em seus prédios. Hoje, nesta Casa de Leis muitos dos Srs. Deputados não têm sequer um telefone para entrar em comunicação com outros setores desta Casa, enquanto que nessas autarquias existe a tecnologia mais moderna.

Meus parabéns a eles porque a tecnologia e o conforto são necessários. Mas, que existe uma discriminação violenta com relação a outras autoridades do Estado e outros Poderes, isto é verdade incontestável.

Por isto parabenizo-me com V. Exa. para que, através da fiscalização do Poder Legislativo, não pretendamos tirar o conforto que lhes é merecido, se estabeleça neste Estado uma hierarquia, uma escala de prioridade para que o dinheiro seja bem aplicado.

Louvo a atitude de V. Exa. e acredito que esta Casa estará embuída, de bons propósitos neste sentido, como estiveram no passado outros Deputados brilhantes, entre eles o ex-Deputado Presidente desta Casa João Mansur, que quis que a moralidade no Paraná se instalasse; portanto temos agora a oportunidade de dotar o Estado do Paraná de uma estrutura jurídica para que o Estado possa alcançar os seus objetivos. Não é apenas necessário que o dinheiro seja bem aplicado, mas é necessário que exista possibilidade de ser fiscalizado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte ilustrado de V. Exa.

Deputado Nilso Sguarezzi e digo que V. Exa. tocou a fundo e entendeu a fundo os objetivos que fizeram com que apresentasse este Projeto. Agradeço o valioso aparte que V. Exa. me honrou.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho certeza que os Srs. Deputados, despidos das cores partidárias, venham a examinar com a atenção que deve ser examinada esta matéria, e por certo encontrarão, neste Projeto de Lei, falhas, que Vv. Exas. têm toda autoridade e toda propriedade de corrigir.

Agradeço a Vv. Exas. que me ouviram, a atenção que me dispensaram e, aos ilustres colegas Deputados que me honraram com os seus apertes, muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelelino Tolentino, porém alerto o nobre Deputado que, só dispõe de 7 minutos para proferir a sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentando por um lado a exiguidade do tempo que me resta neste Expediente, mas profundamente honrado por pertencer a esta agremiação do Movimento Democrático Brasileiro que trouxe a esta Casa de Leis — ao nosso modesto ver — um enriquecimento de cultura e preocupação para o Estado do Paraná.

Manuseando a Carta Política Nacional, observa-se que, no artigo 160 capitula que, a ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base nos seguintes princípios: liberdade de iniciativa, que traz a expansão e oportunidade de empresas produtivas.

Ilustres Deputados, o Paraná que viveu uma época áurea da economia do Brasil vivendo uma posição de sustentáculo econômico neste complexo estatal que se chama República Federativa do Brasil.

Desde 1973 o Estado do Paraná, que se caracterizou pela grande produção da madeira, vem sofrendo um constrangimento na sua economia sua industrialização, o reflexo da retração do mercado, as consequências de ordem social, de ordem econômico-financeira porque vem passando desde 1973, agostado e arrastado pelas consequências de mercado interno e de mercado externo levou, quem sabe, até o sucesso, nos campos políticos maiores teses do MDB.

Quando abordavam o assunto do problema social criado no oeste do Paraná, os madeireiros, em reunião, chegaram a ir ao estrangeiro buscando a comercialização do produto, fazendo gestões com as autoridades federais, para que se pudesse liberar a exportação da madeira. Muitos dos madeireiros sucumbiram diante de uma política de retração desestimulante, ao mesmo tempo que se agravaram as despedidas trabalhistas no Oeste do Paraná.

Ainda, ontem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, recebi um telefonema de madeireiros de Cascavel, solicitando o empenho da Bancada, principalmente da Bancada do MDB e quem sabe também a incorporação da Bancada da Arena, no sentido de gestionar perante as autoridades superiores, a fim de que os madeireiros do Oeste do Paraná, que vêm sofrendo este estrangulamento econômico-financeiro desde 1973, que eles fossem prestigiados, que eles fossem bem representados aqui e levássemos às autoridades superiores os esclarecimentos que se fazem necessários. Mais uma vez é preciso que se frize na administração que se implanta, para fazer um complexo da Usina de Itaipu, sabe-se que o volume de madeira

serrada e que ali será constituída na confecção e construção daquela Usina Hidrelétrica. é de uma monta inapreciável pelo seu volume. Então, fomos solicitados e instados para que aqui nesta Casa de Leis e aqui nesta Tribuna propuséssemos um Requerimento, uma medida consentânea com as necessidades regionais e voltadas para o prestígio da economia do Paraná. Vejamos os Srs. Deputados que os madeireiros radicados no Oeste do Paraná ao pretenderem vender madeira para a Usina de Itaipu, um funcionário de Foz do Iguaçu esclareceu que qualquer tipo de negociação, qualquer tipo de madeira deveria ser feito no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, incomprendendo as razões que transcendem a arte da razão humana e da proteção constitucional, não vemos por que o escritório central da Usina de Itaipu ficará na cidade do Rio de Janeiro. Mais uma vez, Sr. Presidente, parece que o Paraná está sucumbindo, ruindo como tantas pontes do interior do Paraná, está se desgastando, perdendo as suas oportunidades para que ele firme a sua posição de um Estado de direito constituído, como organismo desta Federação. É preciso que se conscientize um por um de nós, principalmente os parlamentares, para proteger a economia do Paraná, numa sustentação às empresas paranaenses. É com esta finalidade que trago para a Mesa, o seguinte Requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a V. Exa., com a máxima vênio, e após ouvido o egrégio Plenário desta Casa, requer que sejam oficiadas as autoridades abaixo mencionadas, no sentido de delas solicitar providências urgentes e cabíveis à solução da situação dos madeireiros radicados principalmente no Oeste do Paraná, a fim de que os mesmos possam, sem muita burocracia, fornecer madeiras serradas para aplicação na usina hidrelétrica ITAIPU-BINACIONAL.

Ministro das Minas e Energia
BRASÍLIA — DF

Diretoria Executiva da Empresa Itaipu-Binacional
RIO DE JANEIRO — RJ

Sala das Sessões, 20 de março de 1975.

a) TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Recebemos de alguns madeireiros radicados em Cascavel, Município principal da nossa representação nesta Casa, telefonemas informando que teriam ido a Foz do Iguaçu, no intuito de entabolar negócios de venda de madeiras em geral, para serem utilizadas para a construção da Usina Hidrelétrica de ITAIPU. Entretanto, ao contacto com pessoa da empresa naquela localidade, os madeireiros foram informados que qualquer tipo de negócio deve ser feito diretamente com o escritório central, sediado no Rio de Janeiro e que em Foz do Iguaçu o escritório não tem competência para tratar de qualquer tipo de aquisição mesmo sendo bens de consumo.

Nestas condições, entendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a exemplo do que já denunciámos nesta Casa de Leis, o empresário paranaense está sendo marginalizado na concretização de negócios com a usina mencionada.

Como é sabido, o ramo industrial madeireiro vem sofrendo uma intensa crise, levando muitos dos que se dedicam a esse tipo de negócio ao estrangulamento financeiro de suas firmas, causando na região grave problema social. Aliás, ocorrência já denunciada por nós mesmos durante a campanha eleitoral, quando fálvamos e reivindicávamos a necessidade da intervenção das autoridades para evitar consequências mais danosas do que as que vinham ocorrendo desde 1973 e que durante o ano passado foram se agravando, a ponto de preocupar os setores mais sólidos da classe.

Vários fatores, é verdade, concorreram para que esses empresários fossem prejudicados com a variação, tanto de mercado interno como de política de exportação.

Agora que se poderia dar uma sustentação para o atuamento dessas indústrias, medidas de ordem administrativa parecem desconhecer as necessidades de proteção empresarial e sobretudo a específica radicada na região.

O comportamento de nossa economia depende de um processo que

ative o mercado interno paranaense, sem o que o crescimento e progresso desta unidade federativa fica sem condições de dar maior sustento aos setores de arrecadação.

A nossa vinda nesta Tribuna se prende ao compromisso defiscalizarmos as atividades da administração pública, sugerindo medidas e cobrando obrigações que cada órgão deve observar no tempo e no espaço. Mais objetivamente: protegem os setores da economia que refletem no social e no político".

Muito obrigado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 117/73, de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Veterinária, na sede do Município de Castro e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — Antes de prosseguir, quero anunciar a presença nesta Casa do Deputado Federal Arnaldo Busato, atual Secretário da Saúde e Bem Estar Social. S. Exa. encontra-se no Gabinete da Presidência, à disposição dos Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpelini, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Lemos, ocorrido em Apucarana. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor J. Petreli Gastaldi, pelo recente lançamento do livro intitulado "Estudos de problemas brasileiros: realidade econômica e social do Brasil". — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo apenas manifestar meu aplauso ao eminente Deputado Ezequias Losso, pelo voto congratulatório que fez ao eminente Professor Petreli Gastaldi, cujo pensamento foi objeto, ontem, bem como serviu de subsídios à ilustração de Requerimento que apresentamos nesta Casa.

Quero manifestar nosso total apoio à medida pleiteada pelo Deputado Ezequias Losso.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações aos bibliotecários do Paraná, por ocasião da Semana Nacional da Biblioteca. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, lido da Tribuna, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco Srs. Deputados, com o objetivo de examinar os pressupostos que informam o conceito de segurança nacional, a fim de que possam ser realizadas eleições diretas nos Municípios do Paraná, considerados de segurança nacional. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, V. Exa. encerrou a discussão do Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, e colocou-o, agora, em votação. S. Exa. pretende, através deste expediente válido regimentalmente, pro-

por a constituição de uma Comissão Especial de 5 Srs. Deputados, para examinar todos os pressupostos que informam o sistema de segurança nacional.

Sr. Presidente, li a justificativa de S. Exa. Ouvi seu discurso e os apertes que a ele foram oferecidos. Mas, tenho para comigo que todo cidadão brasileiro acalenta o anseio de poder participar de todos os acontecimentos que possam influir na composição dos governos de todos os escalões.

Entendo que, ao povo, deve ser outorgado o direito de, através do voto livre, secreto, universal, escolher os seus mandatários. Ocorre, Sr. Presidente, que a matéria posta à deliberação deste Plenário, envolve interesses da área de Segurança Nacional. E quer me parecer que as regras do jogo não serão passíveis de alteração desde que se altere o dispositivo da nossa Constituição Federal. O artigo 15 e seu § 2º, letra "b", com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, diz: "Os prefeitos dos municípios declarados de interesse de segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo, serão nomeados pelos Srs. Governadores, com prévia autorização do Sr. Presidente da República". E a Lei Maior indicou os Municípios de interesses nacionais e também as áreas a esse indispensáveis.

A matéria muito embora simpática, como disse no início, depende do Congresso Nacional, porque está restrita a uma alteração do texto da nossa Lei Maior. Não vejo, Sr. Presidente, como possa uma Comissão de Srs. Deputados estaduais, por mais ilustrada, por melhor informada, que possa contribuir para a alteração constitucional e tenho para comigo muito cuidado ao analisar a matéria que foge à competência deste ilustrado Plenário.

Votaria com o Requerimento de S. Exa. o Sr. Deputado Maurício Fruet se contivesse apelo que pudesse significar a vontade unânime dos Srs. Deputados, desde que dirigido à Comissão de Segurança Nacional, à Câmara dos Deputados a própria Câmara dos Deputados e Senado Federal. Parece-me, pode hoje, melhor do que ontem, face a essa abertura que se está verificando, isso no sentido da valorização da classe política, se partir para essa discussão, com sucesso.

Quero significar que muito embora entenda os bons propósitos do autor do Requerimento, não teria esta Comissão qualquer força decisória, em nada pesaria mais a sugestão em forma de solicitação, do que se fosse feito no sentido de apelo, de formulação, para que a Câmara e Senado se interessassem na alteração do dispositivo constitucional.

Frete aos meus princípios democráticos, entendo que foge à competência deste ilustrado Plenário decidir pelo assunto, então me permito, no encaminhamento de votação, solicitar que nos termos em que está o Requerimento, muito embora válida a preocupação, não devesse ser aprovado, porque nós estaríamos provocando uma celeuma em torno de um assunto cuja decisão é vedada ao âmbito restrito desta Assembléia.

Eram as considerações que queria fazer no encaminhamento da votação.

— (Sem revisão do orador).

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pretendo e não pretendo recapitular o que ontem exaustivamente afirmei desta Tribuna, ocasião em que pretendíamos esclarecer, exatamente, a esta Casa os objetivos do Requerimento agora em fase de votação.

É claro, é evidente que não tem a Assembléia Legislativa condições para decidir sobre a matéria e os objetivos fundamentais do presente Requerimento se situam, na fase final do Requerimento, em dois pontos distintos. O primeiro deles a constituição de uma Comissão Especial, na forma do Regimento da Assembléia Legislativa, para estudar a matéria, debater em profundidade o problema, e colher maiores subsídios. O segundo objetivo é aquele que foi defendido, há instantes, pelo eminente líder da Aliança Renovadora Nacional, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, ou seja o encaminhamento do Requerimento aos Deputados Federais e aos Senadores de nosso Estado independentemente do pronunciamento final da Comissão Especial que se pede.

Mais uma vez insisto para que esta Comissão seja constituída. Alegamos nesse Requerimento palidamente alguns problemas que enfrentam os Municípios considerados de Segurança Nacional. Ao lado de nossas observações era preciso que se contasse com a inteligência maior de cada um dos Srs. Deputados, principalmente daqueles que representam aqui re-

giões onde se situam esses Municípios, os quais têm um contacto maior com essas populações e vivendo, muitas vezes, naquelas comunidades teriam esses Deputados condições para saber as deficiências que, porventura existam e, que, tenho certeza, não foram comprovadas em nossas piladas observações na justificativa do Requerimento.

Por isto e somente por isto é que entendemos que devesse ser constituída esta Comissão. Os subsídios que ela irá colher, por certo, irão, tenho certeza, oferecer melhores condições para, em plano nacional, assim, com força decisória dos Deputados que integram o Congresso Nacional, juntamente com Ss. Exas. os Srs. Senadores conseguir do Presidente da República que esses Municípios possam vigir em sua totalidade, na democracia.

Era apenas isto que desejávamos, não iríamos insistir na constituição de uma Comissão Especial se não entendêssemos que os motivos salientados em nosso Requerimento seriam altamente enriquecidos com a inteligência dos eminentes Deputados da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro.

Era apenas esta a nossa observação. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Requerimento.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mim me parece bastante oportuna a proposição do Deputado Maurício Fruet. Ao mesmo tempo que oportuna esta Proposição, parece-me surpreendente a observação do nobre Líder da ARENA. Realmente, verifica-se na Constituição Federal, que a competência para declarar área de segurança nacional é do Conselho de Segurança Nacional, mas, apenas Lei indicará os Municípios assim declarados pelo Conselho de Segurança Nacional. Quais as razões que determinam a declaração de um Município, ou de uma área, como de segurança nacional?

Quando ouvia o Deputado Maurício Fruet encaminhando a votação, eu me lembrava que não faz muito tempo, no Estado de São Paulo uma família que mandava tradicionalmente no Município, que ali nunca perdera eleições, ao sentir a primeira derrota iniciou um movimento para que seu Município fosse declarado área de segurança nacional. Não teria isso também ocorrido no Paraná? Não teria, por má informação ou informação apressada, aos interesseiros, muitos Municípios sendo declarados área de segurança nacional, sem na verdade poderem merecer este cuidado? Por que a surpresa com a Comissão Especial?

A mim me parece que a função da Assembléia Legislativa não é apenas a de fiscalizar e a de aprovar leis, mas também, a de debater, Assembléia é também um centro de estudos, um laboratório de pensamentos. Porisso eu entendo que uma Comissão como foi proposta pelo Deputado Maurício Fruet, que por ser Comissão Especial não traz força decisória como não traz também a Assembléia, mas, ela pode informar e oferecer elementos para quem esteja distante, e desta forma trazer novos Municípios para o convívio democrático, para a participação em eleições.

Creio que não há assunto proibido a debate nesta Assembléia, nem pode haver. Creio que nem os Deputados do MDB, nem os Deputados da ARENA temem em levar a debate, em levar a estudo, a apreciação de qualquer matéria que diga respeito aos interesses do Estado, e, esta é uma que diz de perto aos interesses do Paraná, aos interesses de toda gente paranaense, e eu acredito pessoalmente aprovar a proposição do Deputado Maurício Fruet, liberará sua Bancada porque sei que dentro da ARENA muitos Deputados são simpáticos a esta matéria, gostariam de estudá-la e de trazer informações para o Conselho de Segurança Nacional, a fim de serem encaminhados ao Congresso Nacional, para uma alteração neste quadro dos Municípios paranaenses.

Apelaria ao digno Deputado da ARENA, porque eu sei que nós podemos contar com a simpatia dos Deputados do MDB.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, para uma Questão de Ordem: Indago de V. Exa., considerando que no encaminhamento da votação fiz alusões à validade das afirmações feitas na justificativa do Requerimento, se V. Exa., ao colocar em votação a matéria, poderia destacar o tópico 3 do tópico 4, porque pretendo votar favoravelmente ao tópico 4, onde se lê: "Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência do inteiro teor deste aos Srs. Senadores, Deputados Federais, da Bancada do Paraná".

Votarei a favor do item 4, mas me mantenho na posição de votar

contrariamente ao item 3, que propõe a constituição da Comissão Especial, de 5 Senhores Deputados.

Pergunto nesta Questão de Ordem a V. Exa., Sr. Presidente, se poderá, ao fazer a votação, fazê-la da forma que este Deputado possa votar como pretende. — (Sem revisão do orador).

O SR. MUGGIATI FILHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem do nobre Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo, a Mesa informa a V. Exa. que suprimindo o item 3, o 4 está justificando como vota na Emenda, e V. Exa. poderá apresentar uma Emenda.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Requerimento.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, está em discussão ou em votação?

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Desejo, pela Liderança da nossa Bancada do MDB, subscrever integralmente as razões apresentadas pelo ilustre Vice-Líder da Bancada, Deputado Osvaldo Macedo, principalmente tendo em vista que a Comissão a ser designada por esta Casa poderá chegar a conclusões próprias e não pré-estabelecidas. Nestas condições, pelos fundamentos expostos pelo autor da Proposição e pelo eminente Vice-Líder, Deputado Osvaldo Macedo, em que pese, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as ponderações do eminente Líder da Bancada da Arena. A nossa Bancada, não podendo aceitar as ponderações, em que toque a mutilização da Proposição, votará integralmente pela Proposição. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Requerimento. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, só para informar, Senhor Presidente, que estou redigindo Emenda propondo que se expurgue o tópico enumerado 3 do Requerimento, exatamente aquele que faz menção à Constituição da Comissão Especial, mas mantém o Requerimento em todos os seus termos, inclusive aprovada, deve o seu teor, dar ciência aos Srs. Deputados e Senadores da Bancada Federal paranaense.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa suspende a Sessão por cinco minutos.

— (É suspensa a Sessão por cinco minutos).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão.

Sobre a mesa, Emenda de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, no seguinte teor: (Lê):

“EMENDA

Ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet.

— SUPRIMA-SE O ITEM 3 DO Requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1974.

a) IVO THOMAZONI”

Em votação o Requerimento ressavado a Emenda. — Aprovado.
Em votação a Emenda. — Rejeitada.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito de V. Exa. o favor de fazer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram se levantar. 11 a aprovam.

Os que rejeitam a Emenda, queiram se levantar. 21 a rejeitam.
Rejeitada a Emenda.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, sobre diversas considerações. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, através da parte competente, providencie a criação da Casa do Secundarista, nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino,

constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro das Minas e Energia e Diretoria Executiva da Empresa Itaipu-Binacional, no sentido de solicitar providências urgentes e cabíveis à solução da situação dos madeireiros radicados no Oeste do Paraná, a fim de que os mesmos possam, sem muita burocracia, fornecer madeiras serradas para aplicação na Usina Hidrelétrica Itaipu-Binacional. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, às 10,00 horas, com a

O R D E M D O D I A,

já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA OITAVA LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO DA “COMISSÃO DE ORÇAMENTO”

Aos dezenove dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala de Reunião das Comissões, instalou-se a Comissão de Orçamento. Verificada a existência de quorum os trabalhos foram abertos pelo Deputado Domício Scaramella, de acordo com o que estabelece o Artigo 40 do Regimento Interno. Feita a chamada, constatou-se a presença dos seguintes Senhores Deputados: JORGE SATO, EGON PUDEL, ANTONIO FACCI, TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA. Em seguida o Deputado Domício Scaramella disse da necessidade de processarem as eleições para Presidência e Vice-Presidência da referida Comissão. Pedindo a palavra o Deputado Antonio Facci, submeteu à apreciação de seus pares o nome do Deputado Jorge Sato para ocupar a presidência. Os demais presentes aceitaram a indicação por unanimidade. Assumindo a presidência, o Deputado Jorge Sato agradece a confiança nele depositada, deixando livre a palavra. Fazendo uso desta, o Deputado Trajano Bastos de Oliveira indica à consideração dos demais, o nome de seu companheiro Deputado Antonio Facci, para a Vice-Presidência. Igualmente por unanimidade foi aceita a indicação. Retomando a palavra, o Deputado Jorge Sato disse de sua intenção de bem desempenhar a honrosa missão que lhe foi confiada. A seguir, indicou o nome da funcionária Elcy Silva Batista, funcionária deste Poder, para desempenhar as funções de Secretária da Comissão de Orçamento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual laurei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados presentes e por mim Secretária.

Sala de Reuniões, em 19 de março de 1975.

- a) JORGE SATO — Presidente
- a) ANTONIO FACCI — Vice-Presidente
- a) DOMÍCIO SCARAMELLA
- a) EGON PUDELL
- a) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
- a) ELCY SILVA BATISTA — Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e cinco, às dezesseis horas e quinze minutos, com as presenças dos Senhores Deputados Egon Pudell, Lázaro Dumont, João Cioni Neto, Domício Scaramella e Jayme Rodrigues Carvalho, reuniu-se na Sala das Comissões os parlamentares indicados pela Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro respectivamente, para instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. De acordo com o Regimento Interno assumiu a presidência o Senhor Deputado Domício Scaramella, dando início aos trabalhos, procedida a eleição e verificada a votação; por unanimidade foram eleitos os Senhores Deputados Egon Pudell e Jayme Rodrigues Carvalho, para a Presidência e

Vice-Presidência da citada Comissão. Usando da palavra, falando em seu nome e em nome do Senhor Vice-Presidente o Senhor Deputado Egon Pudell agradeceu a confiança de seus nobres pares e ressaltou o seu propósito de conduzir esse órgão técnico da Casa, dentro do regime de trabalho e dignidade legislativa e a seguir deixou livre a palavra e como ninguém fizesse uso da mesma, o Senhor Presidente estabeleceu que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência. Na oportunidade indicou para secretariar a Comissão na 1ª Sessão da 8ª Legislatura o funcionário Agildes de Oliveira Martins. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretário e demais membros, para que produza os efeitos legais.

- a) EGON PUDELL — Presidente
 a) JAYME R. CARVALHO — Vice-Presidente
 a) JOÃO CIONI NETO
 a) DOMÍCIO SCARAMELLA
 a) LÁZARO DUMONT
 a) AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS — Secretário

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 142/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1017/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para os cargos abaixo discriminados, no Gabinete da 4ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 20 de fevereiro de 1975:

GENI CARNEIRO — Chefe de Gabinete
 VALDECIR NASSAR — Auxiliar de Gabinete

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 143/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1016/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar LAERTES LUIZ FOGGIATO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assistente Técnico, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 144/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1491/75 de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, funcionário do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 145/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1304/75, de 25 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar ERNESTO PERACETTA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista, percebendo a gratificação de função símbolo F-5, na Liderança do MDB, a partir de 1º de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

PORTARIAS

PORTARIA Nº 97/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

proibir, terminantemente, o acesso às dependências da Casa, com finalidade de agenciamento de vendas, de representantes de produtos comerciais, ficando excluídos da proibição, tão somente, os corretores de seguros de empresas já credenciadas pela Assembléia, ou por outros órgãos públicos da Previdência Social, desde que apresentem autorização fornecida por esta Diretoria.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRASE.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 98/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista disciplinar a utilização do equipamento xerox em serviço na Casa,

R E S O L V E:

as máquinas xerox só poderão ser usadas para o serviço exclusivo da administração, com o objetivo de reproduzir documentos, publicações oficiais e peças de processos legislativos ou administrativos, ficando estabelecida a seguinte padronização de cores de papel para os Departamentos que dispõem do equipamento:

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL...

Azul

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Amarelo

DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS.....

Branco

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRASE.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral